

Francisco de Oliveira
Pascal Thiery
Raquel Vilaça
Coordenação

*M*ar
Greco-Latino

O MAR NA EPIGRAFIA DA LUSITÂNIA ROMANA

José d'Encarnação

Universidade de Coimbra

«Peço-te também que representes no meu monumento navios vogando de velas desfraldadas e eu próprio sentado num estrado, envergando a toga pretexta e com cinco anéis nos dedos, a distribuir ao público escudos que tiro de um saco»⁽¹⁾ – assim determinava Trimalquião ao arquitecto Habinnas que fizesse no seu túmulo.

Não se trata, propriamente, de um monumento epigráfico; mas o túmulo continha também inscrição e, por conseguinte, podemos ver nele – certamente faustoso jazigo – toda a envolvência de uma epígrafe, a sua decoração. Neste caso, de carácter eminentemente prático e simbólico, porquanto foi como armador que Trimalquião enriqueceu e isso queria perpetuar, no entender de Petrónio, no seu túmulo. «Navios navegando de velas desfraldadas»: a sua frota mercantil, trazendo e levando produtos...

Representações de barcos, de divindades ligadas ao mar, de peixes e de animais marinhos... constituirão, entre outras, as possibilidades de reflexo da actividade marítima em monumentos epigráficos. Mas se as representações de peixes em mosaicos de balneários simbolizam, sem dúvida, essa vontade de ter o mar ali, em ilusão ambiental inclusive, a simples representação de um peixe em monumento funerário não deverá (creio) interpretar-se, sem mais,

⁽¹⁾ PETRÓNIO, *O Satíricon*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1973, p. 78-79.

como reflexo de... uma saudade de mar. Estou a recordar a cupa de Alcáçovas (IRCP 427)⁽²⁾, que tem dois peixes num dos topos e a que nenhum significado marítimo ou, sequer, de actividade marítima se poderá, sem mais nem menos, atribuir, até porque peixes há-os também nos rios.



Ou seja, a decoração de um monumento epigráfico não pode – de modo nenhum – retirar-se do seu contexto ou, dizendo doutro modo, do texto que nele se gravou.

Assim, do ponto de vista documental, interessa-nos sobremaneira que a essas imagens estejam ligadas referências textuais a embarcações, a deuses do mar, a marinheiros, a actividades marítimas, a peixes e a animais marinhos, assim como a menção de antropónimos ligados ao mar. Destes últimos falará mais especificamente Mestre Luís da Silva Fernandes; das representações de naves em mosaicos da Lusitânia dirá o Doutor Vasco Mantas. Pela nossa parte, escolhemos duas ou três reflexões que, ainda que sem qualquer ineditismo, merecem, quiçá, reflexão complementar, mais não seja que para tomarmos consciência de situações ainda por explicar.

⁽²⁾ IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis – Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, 1984.

Por explicar não está, por exemplo, a presença de muitos antropónimos etimologicamente gregos em epígrafes provenientes de portos de mar, como *Balsa*, *Ossonoba*, *Salacia*, *Olisipo*, *Eburobrittium*... Creio não estarmos longe da verdade se admitirmos que esse costume de dar nomes gregos aos filhos ou aos escravos (depois libertos) revela uma influência directa do mar, pois que foi através dele que esses antropónimos chegaram.

São bem conhecidos os primeiros casos citados; menos divulgados estarão, talvez, os que se identificaram em *Eburobrittium*⁽³⁾. Destes ressaltaria, na circunstância, a estela dedicada por três escravos – *Epaphra*, *Thesmus* e *Felix* – ao seu *conservus*, isto é, companheiro de escravidão, *Faustus*. Há, entre a menção dos dedicantes e a do homenageado a palavra *PUBLIC*, cujo desdobramento, sem dúvida por vontade expressa do lapicida, fica envolto num véu de ambiguidade que nem sequer a paginação deixa desvendar⁽⁴⁾; contudo, a não ser que se trate de um inusitado advérbio de modo – *publice*, isto é, «publicamente», a acentuar (inutilmente, dir-se-á) o carácter público da homenagem – o mais normal é que se trate de um adjectivo, aplicado aos escravos, o que bem patenteia nível de cultura acima do habitual. Aliás, se *Felix* e *Faustus* são antropónimos latinos de grande frequência na identificação de escravos, já *Epaphra* e *Thesmus* constituem testemunhos únicos, por quanto se sabe da epigrafia peninsular. Ora, conhecendo a localização de *Eburobrittium*, cidade em esplanada sobre o amplo golfo que então faria a actual lagoa de Óbidos, fácil é compreender a sua importante função de entreposto comercial.

⁽³⁾ Embora o seu estudo epigráfico propriamente dito esteja em vias de publicação, as primeiras referências às derradeiras descobertas epigráficas de *Eburobrittium* podem ser vistas em: ENCARNAÇÃO (José d') e MOREIRA (José Beleza), «Epigrafia de *Eburobrittium*», Actas do Congresso *A Presença Romana na Região Oeste*, Câmara Municipal do Bombarral, 2005, p. 131-134.

⁽⁴⁾ Cf. ENCARNAÇÃO (José d'), «Euge, victores! Ou le culte de l'ambigüité», *Serta Antiqua et Mediaevalia*, VI, Roma, 2003, p. 167-173; ENCARNAÇÃO (José d'), «Da ambiguidade e da certeza», *Conímbriga* 42 2003 117-128. Num domínio mais vasto, sobre a presença da ambiguidade nos textos clássicos, podem ver-se as actas da mesa-redonda dedicada expressamente a esse tema: *Les Jeux et les Ruses de l'Ambigüité Volontaire dans les Textes Grecs et Latins*, Actes de la Table Ronde organisée à la Faculté des Lettres de l'Université Lumière-Lyon 2 (23-24 Novembre 2000), editadas por Louis BASSET e Frédéric BIVILLE, Lyon, 2005.

Já livros antigos o davam a entender⁽⁵⁾ e as descobertas levadas a cabo amplamente ora o confirmam⁽⁶⁾. Por isso, não admira que o citado Luís Marinho de Azevedo não hesite em dar guarida a informações veiculadas por Frei Bernardo de Brito, segundo as quais Décimo Júnio Bruto «conquistou a cidade Eburobrício, situada nos coutos de Alcobça e no lugar da batalha que venceu fundou templo ao deus Neptuno, em cumprimento de voto que lhe tinha feito; de cujas ruínas se fundou a ermida de S. Gião⁽⁷⁾, na qual se acha a memória da dedicação que Bruto fez, em que se contém as seguintes letras (p. 79):

N.E P T. S A C R.
H. SACEL. D. D. D. IVN. BRVT.
COS. OB. BEL. F. GESTVM. AD.
VORS. EBVROBRIC. ET. MONT.
AVXILIARES. SERVAT. Q. MIL.
IN VLTIMIS. TER. ORIS.

Quer dizer. Memória consagrada a Neptunc. Este templo dedicou o Consul Decio Junio Bruto por haver acabado felizmente a guerra contra os Eburobricenses, e aldeãos, que os socorreram, guardando seus soldados nesta ultima região da terra. Fallando S. Boaventura de Lisboa na vida de Santo Antonio

A tradução apresentada não deixa de ser curiosa:

«Memória consagrada a Neptuno. Este templo dedicou o cônsul Décio Júnio Bruto por haver acabado felizmente a guerra contra os Eburobrigenses e aldeãos que os socorreram, guardando seus soldados nesta última região da terra».

⁽⁵⁾ Recorde-se, a título de mero exemplo, o que escreveu Luís Marinho de AZEVEDO na sua obra *Fundação, Antiguidades e Grandezas da Mui Insigne Cidade de Lisboa e Seus Varões Ilustres em Santidade, Armas e Letras. Catálogo de Seus Prelados e Mais Cousas Eclesiásticas e Políticas até o Ano 1147, em que foi ganhada aos Mouros por El-Rei D. Afonso Henriques*, Lisboa, 1753. Dessa parte dei conta no texto «Da imaginação e do rigor», *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 10, 2001-2002, p. 387-404 [sobretudo, p. 391-392].

⁽⁶⁾ Cf. MOREIRA (José Beleza), *Cidade Romana de Eburobrittium*, Porto, 2002.

⁽⁷⁾ A antiguidade deste templo sempre tem intrigado os investigadores, devido, de modo especial, à sua invulgar arquitectura. Não se encontraram, todavia, até ao momento, vestígios suficientemente comprovantes de uma 'filiação' romana. Recorde-se que D. Fernando de Almeida e Eduíno Borges Garcia aí levaram a efeito campanhas de escavação na década de 60 do século passado, de que foram dando conta em diversas publicações; cf., a título de exemplo, o texto, de ambos, «S. Gião: descoberta e estudo arqueológico de um templo cristão-visigótico na região da Nazaré», *Arqueologia e História* 12 1966 337-348.

Não interessará adiantarmos aqui razões que levaram os investigadores a considerar o texto forjado pelo frade alcobacense. Além da conhecida vontade de enaltecer a importância da região de Alcobaça, a cujo mosteiro pertencia, como se sabe, há elementos que os cânones epigráficos não deixariam escapar: a fórmula *D(ono) D(edit)* viria, naturalmente, no final; *FELICITER* («felizmente») seria muito difícil abreviado em simples sigla (F); *in ultimis terrae oris* detém uma ressonância claramente renascentista, quase literária.

Há, porém, três ilações a salientar: uma, a que já se fez referência, a consciência do interesse estratégico e económico da região, dominada pelos Ebu-robrienses; a outra, a necessidade sentida de associar uma divindade, Neptuno, a um evento considerado importante, ainda que a documentação acerca da incursão de Décimo Júnio Bruto em território lusitano não permita concluir, sem mais, quanto à real existência dessa batalha; a terceira – e, no caso vertente, para nós a mais significativa – a preocupação manifestada de que, para tudo se considerar mais fortemente evidente, se tornava necessário confirmá-lo através da existência de um monumento epigráfico.

E não deixará de ser curioso verificar como havia, também outrora, uma percepção claríssima – quiçá mais aguda do que na investigação actual (pelo menos, no que se tem escrito) – da importância do mar. Não nos admira, portanto, que, num outro horizonte, Frei Vicente Salgado considere a existência de um santuário a Neptuno no local da actual cidade de Silves⁽⁸⁾, como o atestava – em seu entender – a inscrição que de outrem copiou e que diria o seguinte:

OSSA. L. BACCHII. L. F. FICTILI
SARCOPH. HEIC. POSITA SVNT
AD. LOCVM. QVEM. IPSE. VIV. EMIT
LIBERVM. LIS. ABEAT. PROPE
SACELL. NEPTVNI

⁽⁸⁾ Agradeço à Dra. Maria José Gonçalves o ter-me recordado o tema e de me haver facultado fotocópia desta passagem daquela obra: *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve (...)*, Lisboa, 1786, p. 307-308.

Fazendo o desdobramento das siglas e abreviaturas um pouco conforme lhe parecia, apresentou a seguinte explicação do conteúdo do texto:

276

**Neste Sarcofago de barro estão os of-
fos de Lucio Baccho, filho de Lucio. Fo-
rão collocados em o lugar, que quando el-
le vivia comprou livre, junto á Ermida
de Neptuno (6).**

Observa o frade que detém a inscrição «sua galantaria» «por nos instruir da matéria de que era feito o sarcófago e pelo HEIC em que se denota o uso desta latinidade romana, ainda em tempos mais baixos»; e acrescenta: «Também nos dá notícia que havia uma pequena ermida junto à cidade de Silves, dedicada a Neptuno».

Vamos reservar para outra oportunidade mais algumas reflexões acerca desta epígrafe, cuja não-autenticidade foi desde logo reconhecida pelos epigrafistas, dado o seu teor literário. Não poderemos, porém, deixar de referir que, se a forma arcaica HEIC (por HIC) não é invulgar, já a expressão *sarcophagus fictilis* – Frei Vicente Salgado tinha razão... – se revela estranha, a não ser que se deseje significar ‘urna cinerária’, embora não pertença ao universo habitual do vocabulário epigráfico. Anote-se, mais uma vez, esta ‘vontade’ de ter – também aí – algum documento a mostrar uma ligação intrínseca à divindade que personificava o mar.

Aliás, como não podia deixar de ser, a própria *Olisipo* não escapou a essa volúpia de ser especialmente protegida por divindades marinhas. Isso se poderá depreender de uma outra inscrição – também forjada, adiante-se – a que Luís Marinho de Azevedo dedica especial atenção, considerando as circunstâncias especiais em que dela teve conhecimento (p. 32-33). Vale a pena contar como foi, porque ilustra uma ‘história’ de que o próprio André de Resende outras vezes lança mão para dar mais força à autenticidade do documento. Estavam uns operários a trabalhar na construção da igreja nova de S. Nicolau, na cidade de Lisboa; utilizavam para as paredes, como era

normal, pedras da construção antiga que ali apanhassem a jeito. Tinha uma delas letras ainda e adregou passar por ali, no momento em que já ia a ser posta na igreja nova, o licenciado João Baptista Grafião, que fora auditor da Armada Real. Apercebeu-se do interesse que a pedra poderia ter e... «vendo que aquela se ficava escurecendo, pediu tinta e pena a um vizinho e, no pouco tempo que os pedreiros lhe concederam, pôde apenas trasladar as letras, que eram estas:

DIS MARIS SAC.
NAVTAE. ET. REMIG.
OCEA:::::NVS
IN TEMPL: TETH:::
:::::OBTVLE
RVNT. PRO. TVENDIS.
:::::
E. V. D. D.

«Um tesouro», este, que o licenciado se apressou a dar a conhecer a Marinho de Azevedo, dado que, em seu entender, o letrado dizia o seguinte, em português:

«Memória consagrada aos Deuses do mar. Os marinheiros e barqueiros do Oceano ofereceram este dom no templo de Tétis, para que lhes livrem suas embarcações de tempestades. Dedicaram-lhe por voto, que tinham feito».

E comenta Marinho de Azevedo:

«Com esta pedra ficamos claramente averiguando que, no tempo da gentildade, havia em Lisboa templo dedicado ao falso ídolo de Tétis, que é certo estaria junto à praia do mar, porque fingiam os poetas ser deusa dele e mulher do Oceano, com o qual andava em carro guiado por monstros marinhos».

Teve o doutor Vasco Mantas ensejo de, no seu primeiro trabalho de Epigrafia, escarpelizar a fundo o conteúdo desta epígrafe, explicitando

definitivamente as incongruências que apresenta⁽⁹⁾, pelo que apenas se sublinhará agora a ‘filiação’ desta nas outras duas inscrições, obedecendo ao mesmo intuito, acima especificado: a extrema ligação da Lusitânia ao mar.

Sucedo, porém, que não só a devoção a Tétis não foi, alguma vez, autenticamente documentada, em tempo de Romanos, como também o culto a Neptuno se não encontra suficientemente atestado na Península Ibérica – quanto mais na Lusitânia!... – ou, pelo menos, tão atestado quanto pareceria historicamente desejável⁽¹⁰⁾. Na verdade, nenhum ex-voto se referenciou até ao momento e, neste domínio, a inscrição NEPTVNALE, visível hoje incrustada «na face da torre, voltada para o largo, no prolongamento da fachada da matriz» de Bobadella (Oliveira do Hospital), é a que poderá situar-nos no domínio do culto a uma divindade do mar.

Foi o Doutor Jorge Alarcão o último investigador a debruçar-se detidamente sobre este monumento, conhecido desde há muito e incluído por Hübner no seu *corpus* (CIL II 398):

398 Bobadella, ‘na igreja velha’ Corn., *Moreira*.

NEPTVNALE

Cornide ms. Matrit. 18, 37 a Cortesio; Canaes actas da acad. 1, 1849 p. 390 e schedis *Moreirae*; Secco p. 104, 3 cui descripserunt amici (e Canaes et Secco *Levy* 27, 82). Nihil deesse adnotat Cortes.

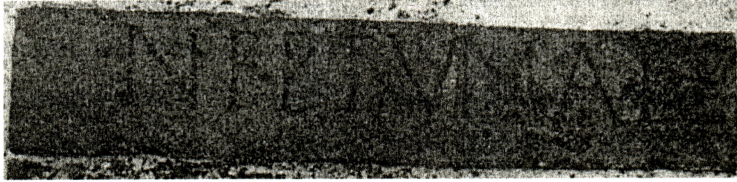
Depois de analisar as opiniões antes dele expandidas, nomeadamente a de Vasco Mantas⁽¹¹⁾, considera muito viável a hipótese de estarmos perante a

⁽⁹⁾ Vasco Gil da Cruz Soares MANTAS, «Notas acerca de três inscrições de *Olisipo*», *Conimbriga* XV 1976 151-169 (sobretudo p. 153-157). A ele se voltaria a referir no artigo, de 1998, adiante citado, p. 202.

⁽¹⁰⁾ E as referências atrás citadas arvoram-no nitidamente mais em divindade de ‘recorte’ literário, erudito, que passível de ser venerado pela população no seu quotidiano, que preferiria dirigir-se a divindades mais concretas e localizadas.

⁽¹¹⁾ Vasco MANTAS, «*C. Cantius Modestinus* e seus templos», in RIBEIRO (José Cardim), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 231-234.

identificação de um *nymphaeum*, um *nymphaeum Neptunale*, ou seja, não de um templo mas de um simples «monumento ligado às águas»⁽¹²⁾.



O estudo mais pormenorizado, do ponto de vista epigráfico, desta epígrafe deve-se a Regina Anacleto, que a incluiu no seu *Bobadela Epigráfica*, sob o nº 3⁽¹³⁾: «Trata-se de uma grande lápide granítica, cor de areia, não moldurada, com 2,30 m de comprimento por 0,43 m de altura. Pelo seu tamanho, deve ter pertencido a uma construção de grandes dimensões, monumental, um templo com certeza». Apresenta a bibliografia e, no que concerne à paleografia, escreve que o texto «está gravado em capital quadrada monumental, em bisel não muito acentuado, de belíssimo efeito, apesar de um certo rusticismo. A altura das letras anda pelos 25 cm; a largura oscila de 8 cm (primeiro E da legenda) a 22,5 cm (último N)».

Podemos acrescentar, antes de prosseguirmos na análise, que, na verdade, estamos perante um texto paleograficamente correcto, ou seja, nada nos leva a pensar que seja uma cópia ou, muito menos, uma inscrição falsa. Por outro lado, embora reutilizada, a pedra está, segundo tudo leva a crer, completa, isto é, ainda que totalmente inusitada, vale por si e a palavra nela inscrita poderá ser entendida – como Jorge de Alarcão bem intuiu – qual adjectivo a fazer as vezes de substantivo, tal como *museum* (directamente formado a partir do termo grego) significa ‘local das musas’; assim, *Neptunale* poderá ser

⁽¹²⁾ Jorge de ALARCÃO, «Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – II», *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 2, 2004, p. 193-216 (sobretudo p. 212-213). IDEM, «A *Splendidissima civitas* de Bobadela (Lusitânia)», *Anas* 15/16 2002-2003 155-180 (sobretudo 160-162).

⁽¹³⁾ Arganil, 1981, p. 39-45. (Foi o seu primeiro trabalho no âmbito da Epigrafia).

o local onde se venerava Neptuno⁽¹⁴⁾. E o grande problema reside aqui: como conceber um culto a Neptuno tão longe do mar? Claro que a solução apresentada por Jorge de Alarcão – a de estarmos perante um *nymphaeum* – resolve facilmente a questão. Aliás, se de um templo se tratasse, tal implicaria, decerto, um culto organizado e *Neptuno templum* – a exemplo dos temples que Gaio Cântio Modestino ofereceu a Vénus, a Marte, ao Génio do Município e a Vitória⁽¹⁵⁾ – seria, por outro lado, a fórmula mais adequada a um ex-voto; portanto, ex-voto não parece ser.

Reflectindo sobre o assunto, Regina Anacleto opina não ser «necessário invocar, para justificar o culto a Neptuno na Bobadela, a eventual extensão do seu poder às águas dos rios; estas tinham as suas divindades propiciatórias» (o. c., p. 44). Estamos de acordo. Essa ideia ganhou, porém, consistência:

«Atendendo à localização geográfica da localidade, Neptuno seria aqui invocado na sua qualidade de deus das nascentes e dos rios, tanto mais que na região envolvente são conhecidos diversos mananciais com qualidades terapêuticas»⁽¹⁶⁾.

Vasco Mantas pondera, no entanto, por seu turno, a hipótese de, devido à ligação dos *Cantii* – notáveis locais – ao porto de Aquileia, a faceta marítima de Neptuno também aqui se poder considerar⁽¹⁷⁾.

Anote-se, antes de mais, no inusitado do letreiro, de um conteúdo eminentemente clássico, de ressonâncias gregas, como se viu. Tal circunstância incita-nos a buscar uma explicação logo nos primórdios da ocupação romana

⁽¹⁴⁾ O que está de acordo com o seguinte excerto retirado da base de dados do LASLA, a que se faz referência mais adiante: Flavius Sospater Charisius, *Artis Grammaticae Libri V*, LLA 523.2, pág. 50, línea 27: «Dicimus autem et Saturnale et Neptunale donum et templum et res Saturnalis».

⁽¹⁵⁾ Cf. Vasco Gil MANTAS, «Evergetismo e culto oficial: o construtor de templos *C. Cantius Modestinus*, in *Religio Deorum*, Sabadell, s/ d [1993], 227-250.

⁽¹⁶⁾ Cf. FERNANDES (Luís da Silva), «As águas e o factor religioso na província romana da Lusitânia», in RIBEIRO (José Cardim), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 131. Veja-se também, a propósito das qualidades de Neptuno e, de um modo geral, das divindades ligadas às águas: Alfredo VALVO, «Il culto delle acque salutari in território lombardo in età romana e preromana», in Alfredo VALVO e Gianenrico MANZONI, *Analecta Brixiana*, Milão, 2004, p. 201-218.

⁽¹⁷⁾ Vasco Gil MANTAS, «Navegação, economia e relações interprovinciais. Lusitânia e Bética», *Humanitas* 50 1998 p. 202, nota 8.

do território. E ocorreria, então, perguntar: porque não fazemos remontar a epígrafe aos tempos de Pompeu, vencedor de Sertório?⁽¹⁸⁾ Nesse caso, tendo Bobadela a importância que as inscrições⁽¹⁹⁾ e os resultados das escavações⁽²⁰⁾ documentam, não admira que pudesse ter sido esse um local de paragem nas suas campanhas e que, aí tendo estanciado, haja decidido mandar levantar um monumento em honra da divindade que tanto o havia ajudado até então, como, mais tarde, não hesitará em levantar, no cume dos Pirinéus (*summum pyrenaeum*), um *trophaeum* para comemorar a sua vitória sobre Sertório⁽²¹⁾. Fá-lo aqui, porém, com uma identificação deveras original, porque *neptunale* atesta-se fundamentalmente como adjectivo e, no plural, *Neptunalia* são, como se sabe, as festas anuais dedicadas a Neptuno⁽²²⁾.

Aqui fica, pois, mais uma sugestão a juntar às que o misterioso letreiro tem vindo a suscitar.

⁽¹⁸⁾ Recorde-se que um dos seus filhos, Sexto Pompeio, «depois das vitórias marítimas alcançadas de Octávio, se declarou filho de Neptuno e tomou o nome dele nas moedas» – vide VASCONCELOS (José Leite de), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, 3, 1989 (reimp.), p. 251, nota 2. Porque não pensar que essa devoção do filho fora bebida na tradição paterna? Também se poderia pensar na hipótese de ter sido precisamente um dos filhos do triúviro a ter essa iniciativa aquando do seu envolvimento nas lutas peninsulares. Por outro lado, não fica longe o acampamento de Lomba do Canho (Arganil), datável precisamente dessa conturbada época: cf. Carlos FABIÃO, «Lomba do Canho (Arganil)», in MEDINA, João, ed. - *História de Portugal*, vol. II, Amadora: Ediclube, 1993, p. 190-192.

⁽¹⁹⁾ Teve uma flâmínia, Júlia Modesta, que prestou homenagem à população, identificando-a como pertencente a uma... *civitas splendidissima!* (CIL II 397).

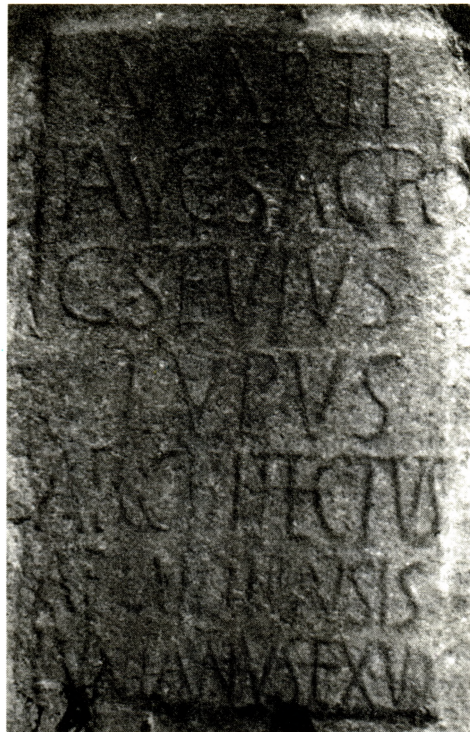
⁽²⁰⁾ Recorde-se, por exemplo, a descoberta do anfiteatro e não só: cf. FRADE (Helena) *et alii*, «Notas para o estudo do urbanismo da cidade romana de Bobadela», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (I Congresso de Arqueologia Peninsular. Actas, vol. VIII), 35(4), 1995, p. 221-241.

⁽²¹⁾ Cf., por exemplo, o artigo de Marie-Louise BLANGY na revista *CONFLENT* n.º 144 (nov-déc. 1986); Georges CASTELLVÍ, Josep M. NOLLA e Isabel RODÀ, «Pompey's trophies», *XIV^e Congrès International d'Arqueologia Clássica*, Tarragona, 1993, 93-96; Georges CASTELLVÍ, Josep M. NOLLA e Isabel RODÀ, «La identificación de les trofeos de Pompeyo en el Pirineo», *Journal of Roman Archaeology* 8 1995 5-17. Salústio escreveu: «*Pompeius devictis Hispanis trophaea in Pyrenaei jugis constituit*».

⁽²²⁾ Cf. M. Terentius Varro, *De Lingua Latina*, LLA 284, liber 6, cap. 3, par. 19 – «Neptunalia a Neptuno: eius enim dei feriae». Agradeço ao Prof. Joseph Denooz, do Laboratoire d'Analyse Statistique des Langues Anciennes (LASLA - Universidade de Liège), que teve a gentileza de fazer, sobre o termo, uma aturada pesquisa na base de dados <http://www.ulg.ac.be/cipl/bdilasla/> e, inclusive, na base de dados da Biblioteca Teubneriana Latina. De quanto me enviou, recolho ainda, a título de mero exemplo, a seguinte frase, retirada da *Historia Apollonit Regis Tyri* (redactio B = RB) LLA 727, cap. 39, pág. 71, linea 3: «Gubernator ait: "Gaude, domine, hodie Neptunalia esse", «Disse o Governador: "Alegra-te, Senhor, que hoje temos as Neptunálias»».

Acrescente-se que, na realidade, não há, no território da Lusitânia, descoberta até ao momento, nenhuma epígrafe dedicada a Neptuno, ainda que – como Luís Fernandes sublinhou (2002, 131) – haja testemunho da sua representação em numismas e da ocorrência de outro tipo de achados, arqueológicos, com ele relacionáveis. Mesmo uma pesquisa rápida nos *corpora* peninsulares nos dá conta de que se não trata, de facto, de divindade particularmente atestada, ainda que se possa deduzir uma certa preferência pelas gentes do extremo Noroeste e, naturalmente, nalguns portos⁽²³⁾.

E já que falamos no Noroeste, importa referir a inscrição rupestre do *architectus Aeminiensis*, sita numa fraga nas proximidades do farol da Corunha. A epígrafe foi talhada em jeito de pedestal destinado a sustentar uma estátua do deus Marte Augusto, consoante reza a epígrafe⁽²⁴⁾:



⁽²³⁾ Remeto para o anexo o rol dessas inscrições, segundo os dados que logrei apurar.

⁽²⁴⁾ Cf. Gerardo PEREIRA MENAUT, *Corpus de Inscrições Romanas de Galicia – I – Provincia de A Coruña*, Santiago, 1991, nº 2 (com foto, que reproduzo, com a devida vénia).

Tem-se discutido largamente o significado da palavra *architectus* e, como refere Gerardo Pereira, «tódolos autores creron sempre que *G. Sevius Lupus* participou na construción do faro romano que, remozado, é hoxe a Torre de Hércules».

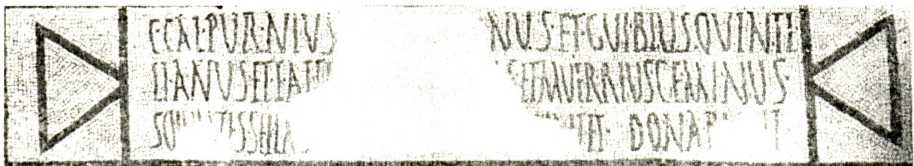
Já tive ensejo de traçar uma panorâmica das opiniões expendidas a esse propósito⁽²⁵⁾. Registe-se, como diferente, a de Marc Mayer, que sustenta dever considerar-se *architectus navalis*, ou seja, um construtor de barcos, sugestão que Vasco Mantas (1998, p. 297, n. 32) rejeitará, sem, no entanto, apresentar, para o efeito, argumento probatório.

De qualquer forma, quer estejamos perante o responsável pelo farol romano que antecedeu a actual Torre de Hércules, quer *Lupus* tenha sido um *architectus navalis* tem pleno cabimento aqui a referência ao seu ex-voto: é *Aeminiensis Lusitanus* e o seu exercício profissional prendeu-se, mui provavelmente, à actividade marítima.



⁽²⁵⁾ Cf. José d'ENCARNAÇÃO, *Estudos sobre Epigrafia*, Coimbra, 1998, p. 116-118 (com mais bibliografia).

Dentro desse âmbito, importa, pois, fazer referência ao conhecido mosaico do Oceano, achado numa rua de Faro (a romana *Ossonoba*) e patente ao público, em sala apropriada, no Museu Arqueológico daquela cidade. O medalhão central representa o deus Oceano em toda a sua magnificência, à maneira das representações habituais nos mosaicos norte-africanos. E, em *tabula ansata*, vem uma inscrição em que se explicita que quatro senhores ofereceram o mosaico e pagaram também a sua colocação⁽²⁶⁾:



Discute-se, naturalmente, quem seriam esses quatro personagens. Numa óptica normal, de administração, poderiam ser magistrados: os dois edis e os dois duúnviros de *Ossonoba*. Numa lógica contextual – a ampla sala de um edifício com soberba representação do Oceano, sito na parte baixa da cidade – a propensão para ver aí a menção dos responsáveis por uma corporação de armadores ou de mareantes ou, de um modo geral, de um organismo directamente ligado à actividade marítima (pesca, comércio...) vem ganhando séria consistência. Vasco Mantas não hesita mesmo em afirmar (1998, 205):

«Cremos que este mosaico ornava a *schola* de uma corporação profissional ligada a actividades marítimas, correspondendo os quatro ofertantes [...] aos *magistri* da referida corporação».

⁽²⁶⁾ Da bibliografia – já relevante – sobre este monumento, citemos IRCP 35, de que apresentei uma adenda (in *Trabalhos de Arqueologia do Sul* 1 1986 101), com a bibliografia entretanto surgida. Esta revista não teve grande divulgação, pelo que a correcção da leitura final aí apresentada não tem sido considerada; por isso aqui se reproduz: SOL[VM] TES·SEL·LAS[Q(ue)]·DE·SVO·STRAVER[VNT]·ET·DONA·[RVN]·IT·

E acrescenta em nota [23]:

«A localização do edifício onde se encontrava o mosaico, afastado do centro monumental de *Ossonoba* e muito perto de cetárias reforça significativamente a hipótese que defendemos».

Seja-me permitido introduzir, a talhe de foice, uma ligeira observação a esta frase, porque dizer «a hipótese que defendemos» pode dar a entender que se trata de uma ideia original, o que não corresponde inteiramente à verdade. Já em 1984 (IRCP p. 80) eu tivera ocasião de escrever:

«Julgamos estar perante ou os quatuórviros de Ossónoba ou os *magistri* dum colégio, cujo escalão socioeconómico postulasse o gasto de boas quantias – *summa honoraria* – no exercício de certas funções municipais, ou mesmo os membros duma corporação de naviculários», hipótese também avançada em AE 1981 490.

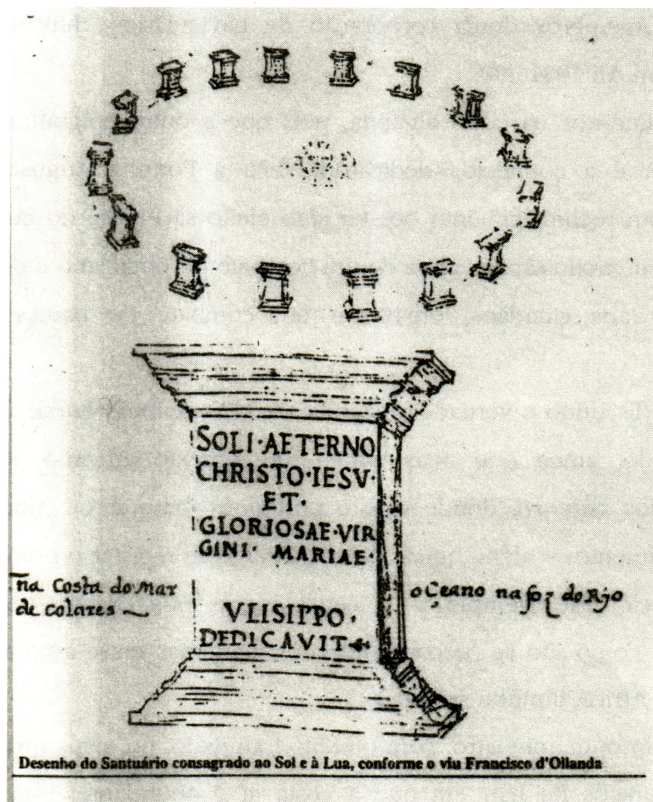
E mantemo-nos na costa algarvia, pois que a outra epígrafe relacionável com o mar é a conhecida dedicatória feita a Fortuna Augusta por Ânio Primitivo, em reconhecimento por ter sido eleito sacerdote do culto imperial (sêxviro). Na circunstância, além de um combate de pugilismo e de espórtulas distribuídas aos cidadãos, organizou um combate de barcas: *barcarum certamen*.

Tem-se discutido o verdadeiro significado do vocábulo *barca*, apenas aqui documentado, ainda que mais tarde, em contexto africano, se registre a profissão dos *barcarii*, donde veio o português «barqueiro». Ainda que sem outros argumentos – além, quiçá, de em Cartago se registar o nome *Barca* (de Aníbal Barca, por exemplo) – o certo é que essa opinião tem vingado, conhecidas como são as precoces relações marítimas entre a costa algarvia e o Norte de África, amiúde referidas.

Realizado num anfiteatro, para o efeito inundado, ou, mais provavelmente, num dos braços de mar em que a costa aí é abundante, esta naumaquia insere-se em hábitos a que intensa actividade marítima está naturalmente subjacente.

«Como fingiram os poetas que o Sol descansava no nosso promontório e que ele e os mais planetas se alimentavam dos vapores do Oceano; e templo que nossos lisbonenses lhe levantaram», assim intitula Luís Marinho de Azevedo o capítulo XXI do livro I da sua obra.

Não poderia, por isso, terminar esta evocação do mar na epigrafia – uma presença mais fictícia do que real – sem referir o santuário erguido ali para as bandas da Praia das Mações, numa plataforma sobranceira ao mar. Sobre ele já Cardim Ribeiro teceu todas as considerações que havia para tecer²⁷; contudo, seja-me permitido sublinhar de novo quanto esse lugar tem de mágico (digamos assim) e o terá tido desde tempos imemoriais. Francisco de Holanda registou-o num esboço que Cardim Ribeiro deu a conhecer:



⁽²⁷⁾ RIBEIRO (José Cardim), «Soli aeterno Lunae – O santuário», in RIBEIRO (José Cardim), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 2002, p. 235-239.

Luís Marinho de Azevedo, fazendo-se eco da tradição, fala das epígrafes aí encontradas em louvor do Sol e da Lua. Algumas terão sido forjadas, outras resultarão, decerto, de más interpretações, como é o caso desta:

287

SOLI ET. LVNAE.
CESTVS ACIDIVS
PERENNIS.
LEGATVS. AVG.
PROPR. PROV.
LVSITANIAE.

É bem provável que *Sextus Acidius Perennis* seja fictício governador da província da Lusitânia²⁸; mas que o santuário sobre o rio de Colares exerceu forte fascínio sobre a população e se transformou, porventura, em local de peregrinação – como hoje se diria – disso não nos podem restar muitas dúvidas. Era o Sol e era a Lua que se veneravam no sopé do Monte da Lua; Sol que doce e misteriosamente mergulhava, avermelhado, na imensidão do mar, partindo a linha do horizonte... A força do astro-rei faria, decerto, esquecer Neptuno e, sentados no areal, os homens meditariam no Além.

²⁸ A inscrição foi aceite por Hübner como autêntica: CIL II 258. Inclusive manteve a leitura *Cestius*, que eu prefiro mudar para *Sextus*, por me parecer mais verosímil este *praenomen*. Géza Alföldy incluiu o personagem nos seus *Fasti Hispanienses*, Weisbaden, 1969, p. 143.

*Testemunhos epigráficos peninsulares do culto a Neptuno*²⁹**ILER 155**

Conserva-se sob o altar-mor da igreja de S. Tiago, em Padrón. Vives dá a leitura de Hübner (CIL II 2540 e 5626), incluindo-a, por isso, nas dedicatórias a I. O. M. Foi revista por Gerardo PEREIRA MENAUT (*Corpus de Inscricións Romanas de Galicia – I – Provincia de A Coruña*, Santiago, 1991, nº 12 (com foto) [*inde HEP* 4 1994 nº 337]:

NEPT/VNO / FOR(o)I(RI)/E(n)SES / D(e) S(uo) P(osuerunt)

ILER 294

Está no Museu de Pontevedra. Cf. também G. BAÑOS RODRIGUEZ, *Corpus de Inscricións Romanas de Galicia – II – Provincia de Pontevedra*, Santiago, 1994, nº 126 (com foto):

NEP/TVN(o) / SAC(rum) / Q(---) C(---) / E(x) V(oto) / L(ibens) P(osuit)

ILER 295

Guarda-se no Museu Arqueológico de A Coruña. Cf. também Gerardo PEREIRA MENAUT, *o. c.*, nº 3.

NEPTVNO / SACRV[M] / PRO SALVTE / AVGVSTOR(um) / NOSTROR(um)
/ GLAVCVS / CAESAR(um) N(ostrorum) / S(ervus) TITVL(um) / EX VOTO.

ILER 296

Tarragona. CIL II 4087. RIT 47.

NEPTVNI (sic) / AVG(usto) SACRVM / IN HONOREM / ET MEMORIAM /
AEMIL(ii) AVGVSTALIS / AEMIL(ia) NYMPHODOTE / FIL(io) ET /
CONLIBERTO / S(ua) P(ecunia) F(ecit)

⁽²⁹⁾ Não sigo nenhuma ordem convencional: peguei nas ILER, de José Vives, e complementei-as com o que encontrei nos índices de HEP.

ILER 297

Fuengirola (Cádiz). CIL II 1944.

NEPTVNO AVG(*usto*) / SACRVM / L(*ucius*) IVNIVS PVTEOLANVS / VI VIR
AVGVSTALIS / IN MVNICIPIO SVELITANO / D(*creto*) D(*ecurionum*) PRIMVS
ET PERPETVVS / OMNIBVS HONORIBVS QVOS LIBERTINI GERERE
POTVERVNT / HONORATVS EPVLO DATO D(*e*) S(*ua*) P(*ecunia*) D(*ono*)
D(*edit*)

289

ILER 298

Peñalba de Castro (Burgos). CIL II 2777. Leitura incerta das l. 2-5.

NEPTVNO DEO / I N E S AVG G / [...] / [...] / [...] POCVLA

HEp 5 1995 n° 135

Placa de bronze. De Cabrera de Mar.

M(*arcus*) FLAVIVS MOSCHVS / NEP[T]VNO V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*)
M(*erito*)

HEp 9 2003 n° 467

Ara, localizada em Codesedo (Vilar de Barrio, Orense), de leitura mui duvidosa, inclusive a do teónimo: NEP(*tuno*)?